



IBCCrim é contra audiências através de videoconferência

O uso de equipamentos de videoconferência para colher depoimentos de detentos que estejam presos em lugares distantes dos locais onde são julgados, ainda vem provocando reações adversas entre a comunidade jurídica.

Depois da OAB de São Paulo foi a vez do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim) se posicionar contra a medida do governo de São Paulo.

Na semana passada o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, assinou a lei que autoriza o governo estadual a adquirir os equipamentos. Na sexta-feira (7/1), a Secretaria de Administração Penitenciária do estado divulgou uma nota informando que já planeja adotar o sistema até o final do primeiro trimestre deste ano.

O instituto lembrou que o Código de Processo Penal (CPP) não admite esse tipo de procedimento. O IBCCrim destaca que, de acordo a legislação em vigor, o interrogatório deve ser pessoal.

Date Created

10/01/2005